



Senado contesta liminar sobre troca de partido

Renan Calheiros considera invasão a decisão de ministro do Supremo Tribunal Federal que suspendeu tramitação de projeto que limita tempo de TV e Fundo Partidário para novas legendas. Agravo regimental pede reexame da Corte

Decisão do ministro Gilmar Mendes, que na noite de quarta-feira suspendeu a tramitação do projeto recém-chegado ao Senado, após aprovação na Câmara, foi contestada juridicamente ontem. Renan Calheiros negou que haja crise entre Legislativo e Judiciário, mas disse ser inconcebível uma tentativa de influência externa. Entre senadores, o assunto divide opiniões. Alguns acusam o projeto de ser um artifício para evitar o fortalecimento de opositores do governo na próxima eleição. **2 e 3**



Renan e o presidente da Câmara, Henrique Alves, falam a jornalistas que o Congresso não aceita intromissão de outro Poder

Regras para domésticos vão aguardar posição do governo 7

MP garante recursos para empréstimos, dizem bancos 8

Fiscalização mais eficaz pode prevenir incêndios 7

Audiências vão debater direitos humanos na ditadura 6



Ferraço (2º à esq.) e Jarbas (3º à esq.) recebem Julio Bitelli (E) e Douglas de Vasconcellos (D)

Comissão aprova indicações para Tunísia e São Cristóvão e Névis 8

Senado recebe do governo Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça 3



Ministra Eleonora Menicucci entrega a premiação à diretora-geral do Senado, Doris Peixoto



Obras públicas federais terão cadastro informatizado

Proposta aprovada na CCJ prevê identificação baseada nas coordenadas geográficas e pretende aprimorar o controle de gastos. **5**

Sociedade poderá ter instrumento eficaz para fiscalizar obras como a transposição do Rio São Francisco, em Cabrobó (PE)

Renan: liminar do Supremo é invasão no Legislativo

Senado recorre contra decisão que suspende tramitação de projeto sobre restrição de novos partidos no acesso à TV e a financiamento

O SENADO ENTROU ontem com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) para retomar a tramitação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 14/2013. O agravo regimental sustenta que a liminar concedida pelo ministro Gilmar Mendes na noite de quarta-feira, quando projeto já estava no Senado, representa ingerência no Poder Legislativo.

— Da mesma forma que nós nunca influenciaremos decisões do Judiciário, não aceitamos que o Judiciário influa nas decisões legislativas. Consideramos isso uma invasão — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Agravo regimental é um recurso que pede o reexame de uma decisão monocrática (de um único juiz) pela composição completa da Corte.

A decisão de Gilmar Mendes suspendeu a tramitação do projeto, que restringe o acesso de novos partidos ao Fundo Partidário e ao tempo de TV. De acordo com o ministro, houve “extrema velocidade” no exame da proposta, aparente casuismo em prejuízo das minorias políticas e contradições entre o projeto e normas constitucionais. A liminar foi provocada por mandado de segurança de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Questão eleitoral

O projeto está sendo visto por muitos parlamentares como um artifício para evitar o fortalecimento de opositores



Presidente do Senado nega que esteja havendo uma crise entre os Poderes

do governo na próxima eleição presidencial, em 2014. Por falta de quórum, pedido de votação em regime de urgência no Senado acabou não acontecendo na quarta-feira.

O presidente do Senado negou que haja uma crise entre Legislativo e Judiciário, mas disse ser inconcebível uma tentativa de influência externa.

Argumentação

Caso a reconsideração da liminar não seja possível, um segundo pedido do Senado é que o próprio agravo regimental seja julgado pelo Plenário do STF. Os oito advogados do Senado que assinam o pedido, entre eles o advogado-geral, Alberto Cascais, desenvolvem seis linhas de argumentação contra a liminar.

Eles sustentam que o pedido de Rollemberg não poderia ter sido feito por mandado de segurança porque o objetivo seria o controle da constitucionalidade do projeto. Em outro trecho, dizem que não está sendo violada a Constituição e que, por isso, somente o Congresso tem legitimidade para tomar essa decisão política.

Ao analisar o mérito, o agravo regimental do Senado sustenta que as novas legendas não teriam “legitimação popular por meio do voto”,

já que seriam formadas por parlamentares eleitos por outros partidos, não podendo “se valer da estrutura e dos benefícios da legenda anterior”.

O texto também alega que não há necessidade urgente de decisão no mandado de segurança que justifique a concessão de uma liminar. Para os advogados do Senado, o mérito poderia ter sido decidido sem trancamento da tramitação do projeto.

Câmara

Para o presidente da Câmara, Henrique Alves, a provocação ao STF foi equivocada. Ele reforçou o discurso de Renan, dizendo que não aceita intromissão de outro Poder.

— Esperamos que o Supremo possa rever essa posição, fazendo justiça ao papel constitucional do Congresso.

O deputado reforçou críticas à liminar de Gilmar Mendes na mesma manhã em que recebeu no gabinete o ministro do STF Dias Toffoli.

— Estranhamos muito a decisão do STF, porque foi uma decisão soberana desta Casa, de forma democrática, transparente, com cumprimento de todos os preceitos regimentais — disse Alves.

(Veja matérias nesta página e na página 3)

Para Henrique Alves, cada Poder tem seu espaço

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, afirmou ontem que não instalará a comissão especial da PEC 33/2011, que submete decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) ao Congresso, enquanto não houver definição clara de que a proposta respeita a harmonia entre os Poderes.

Também ontem o PSDB impetrou mandado de segurança no próprio Supremo argumentando que a PEC afronta a autonomia da Corte.

Segundo Alves, a decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara (CCJC) de aprovar, na quarta-feira, a admissibilidade da proposta foi inusitada.



Alves quer melhor avaliação de PEC que submete decisões do STF ao Congresso

— A decisão surpreendeu a todos — afirmou o deputado, informando que pedirá a realização de um levantamento sobre o aspecto jurídico da questão.

Segundo o presidente da Câmara, cada Poder deve ocupar seu espaço, seguindo a norma constitucional.

De acordo com a PEC, do deputado Nazareno Fonteles (PT-PI), o Congresso Nacional passa a ter a atribuição de referendar ou não as súmulas vinculantes e as decisões do STF sobre ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) contra emendas constitucionais.

Decisão de Gilmar Mendes acolhe tese de casuismo

Para expedir a liminar que suspende a tramitação, no Congresso, do PLC 14/2013, o ministro do STF Gilmar Mendes alegou “extrema velocidade” no exame da proposta, em detrimento da adequada reflexão, aparente casuismo em prejuízo das minorias políticas e contradições entre o projeto e normas constitucionais.

Ao impetrar o mandado de segurança, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) alegou que houve “manobra” da maioria parlamentar para restringir direitos fundamentais de grupos políticos minoritários e quebra do princípio de igualdade entre as agremiações. A irregularidade se configuraria pelo regime de urgência aprovado na Câmara, que resultou na aprovação da proposta apenas em Plenário, sem passar pela Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa.

O ministro acatou as alegações de Rollemberg de “casuismo” e “nítido objetivo”

de prejudicar a formação de novos partidos e a fusão de agremiações partidárias. Gilmar Mendes viu na urgência adotada na Câmara, e na possível adoção do mesmo procedimento no Senado, um risco de “prejuízo de minorias políticas e, por conseguinte, da própria democracia”, além de contradições com o que prevê a Constituição federal.

Também foi mencionada a decisão tomada no ano passado pelo Supremo que assegurou ao recém-criado PSD o acesso ao Fundo Partidário e ao tempo de rádio e TV (ADI 4.430).

Gilmar Mendes lançou mão de jurisprudência que admite, em situações excepcionais, o controle prévio de atos legislativos considerados lesivos à Constituição e ao direito público. Ele também confirmou a pertinência do uso do mecanismo de mandado de segurança preventivo frente a indícios de inconstitucionalidade antes mesmo de o projeto se transformar em lei, “porque o processamento, por si só, já desrespeitaria a própria Constituição”.

A decisão liminar tem validade até que o Plenário do Supremo delibere sobre o mérito do mandado de segurança (MS 32.033). Até lá, fica suspensa a tramitação do PLC 14/2013.



Gilmar Mendes questionou aprovação rápida

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Debates

9h A sessão, não deliberativa, é destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

CRE/CMA RIO+20

9h As Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle promovem audiência para debater o Colóquio Internacional sobre a Rio+20 e Biodiversidade: avaliando o futuro que queremos. Entre os participantes, Jorge Chediek, representante das Nações Unidas no Brasil.

LEI DE ARBITRAGEM Regulamento

9h A comissão de juristas que prepara o anteprojeto de modernização da Lei de Arbitragem se reúne para aprovação do regulamento do colegiado. Em seguida, será feita a divisão dos trabalhos.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL Atualização

10h Reunião da comissão de juristas que tem como finalidade propor a modernização da Lei de Execução Penal.

HOLOCAUSTO George Legmann

10h Ciclo de palestras sobre o Holocausto com depoimento de sobrevivente, no Auditório Antonio Carlos Magalhães.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Requião é contra mérito da proposta, mas teme interferência entre Poderes



Para Humberto, PLC é moralizador e decisão foi uma invasão de competência



Alvaro: Senado não pode agir só para favorecer a quem está no poder



Taques destaca que há jurisprudência permitindo manifestação do Supremo



Aloysio considera projeto um abuso para inviabilizar candidaturas

Senadores divergem sobre suspensão de projeto

Liminar sobre proposta que dificulta a criação de partidos repercutiu no Senado. Para Rollemberg, autor da ação, não se pode ter siglas de primeira e segunda classes

A LIMINAR QUE suspendeu provisoriamente a tramitação do projeto que limita o tempo de TV e o Fundo Partidário para novos partidos dividiu os senadores. A decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), em mandado de segurança impetrado pelo PSB foi proferida na quarta-feira, mesmo dia em que o Plenário do Senado deixou de votar, por falta de quórum, requerimento de urgência de Gim (PTB-DF) para a proposta (PLC 14/2013).

Ontem, os senadores favoráveis ao posicionamento do ministro argumentaram que o PLC 14/2013 é inconstitucional e que a decisão tomada por Mendes foi acertada. Outros senadores criticaram o que classificam de interferência do STF em questão interna

do Legislativo. A liminar tem validade até que o Plenário do STF julgue o mérito da ação. Não há uma data prevista.

Apesar de se manifestar contra o mérito da proposta, Roberto Requião (PMDB-PR) avalia que o Supremo deveria aguardar o resultado da tramitação do projeto no Congresso.

— O Senado não votou a medida de urgência, sinalizando que não vai aceitar essa brutalidade. Mostramos que essa matéria em discussão está tendo o tratamento devido e necessário. Agora, o Supremo interferir para impedir o Congresso de discutir uma matéria, sem saber se ela vai ser aprovada ou não, provoca retaliação e conflito. O Supremo se equivocou — afirmou.

Humberto Costa (PT-PE) declarou que a decisão liminar

é uma invasão da competência do Supremo. O senador disse esperar que o Plenário do STF reveja a suspensão da tramitação. Ele defendeu o projeto tenha caráter casuista, como mencionado na fundamentação de Gilmar Mendes. Segundo Humberto, a medida é necessária para “moralizar a criação de partidos no país”.

— Temos hoje 31 partidos existentes e mais 39 em formação. Acontece um verdadeiro leilão de parlamentares, a mercantilizarão da eleição, o que é inaceitável. Qualquer partido, sem representar qualquer ideologia, tem acesso a tempo de televisão e a recursos do Fundo Partidário — disse.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), no entanto, o Senado precisa se debruçar sobre uma

reforma política de fato e não aprovar projetos que favoreçam a quem está no poder.

— Essa tese deveria prevalecer sem estabelecer um peso e duas medidas — disse.

Opiniões

Apesar de favorável ao PLC 14/2013 e ao requerimento de urgência, Romero Jucá (PMDB-RR) não vê interferência do Supremo, já que a suspensão da tramitação foi uma resposta a pedido apresentado por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

— O Supremo está no papel dele de analisar as questões demandadas. Agora essa matéria já foi aprovada na Câmara. Estávamos tendo uma proliferação de partidos, criando uma desestruturação dos partidos já estruturados. É preciso discutir a reforma política — declarou.

Pedro Taques (PDT-MT) observou que já há jurisprudência que permite ao STF, se provocado, manifestar-se sobre a constitucionalidade de uma matéria antes de concluída a tramitação no Congresso.

— O Legislativo pode nos limites da Constituição, mas não pode tudo. A decisão de Gilmar Mendes mostra que a tramitação desse projeto foi absolutamente inconstitucional — afirmou.

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), criticou a proposta do governo.

— Esse projeto configura abuso, na medida em que visa alterar as regras para favorecer o grupo no poder. Só visa impedir a candidatura de Marina Silva e dificultar a de Eduardo Campos à Presidência da República — declarou.

Para Rollemberg, proposta é claramente inconstitucional

Segundo Rodrigo Rollemberg, o PLC 14/2013 é claramente inconstitucional e por isso teve a tramitação suspensa pelo Supremo.

— Não podemos ter partidos de primeira e partidos de segunda categoria nem parlamentares de primeira e segunda categorias. Temos que ter regras iguais para todos. Esse é um dos princípios da Constituição — destacou.

O senador afirmou que a mera tramitação de uma proposta dessa natureza é um constrangimento para o Senado e destacou que a Casa deveria arquivar o projeto.

Ele acredita que, se a discussão for retomada e o projeto for aprovado, ele será declarado inconstitucional, já que uma lei ordinária não pode modificar um entendimento da Constituição. Ele afirmou

que não pode haver abuso do Poder Legislativo para que uma maioria eventual massacre uma minoria.

Rollemberg também manifestou preocupação com “movimentos de caráter extremamente autoritário”.

O senador criticou a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, da PEC 33/2011, que dá ao

Congresso o poder de referendar as súmulas vinculantes e as decisões do STF sobre ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) contra emendas constitucionais.

— Alguns partidos estão perdendo a medida das coisas. Um dos fundamentos da República é o equilíbrio entre os Poderes. Nós não podemos admitir isso. É ruim para a democracia — ressaltou.



Rollemberg diz temer “movimentos de caráter extremamente autoritário”

Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça é concedido ao Senado

O Senado recebeu ontem o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, concedido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) a instituições que desenvolvem ações em prol da igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, raças e etnias no âmbito do trabalho.

O reconhecimento chega um ano e meio depois de a Casa aderir ao programa Pró-Equidade, da SPM, em 2011. O Senado cumpriu mais de 90% do plano de ação previsto na adesão, com 36 ações, divididas em três eixos: levantamento de dados,

sensibilização e formação técnica dos servidores sobre o tema e divulgação interna e externa do programa.

Entre as ações realizadas, estão o cadastramento e o mapeamento dos servidores, a criação de um curso de gênero e raça, a realização de oficinas sobre a questão e a adesão à campanha Igualdade Racial é pra valer!, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

Em sua quarta edição, a premiação ocorreu no Memorial JK, com a presença da ministra-chefe da Casa

Civil, Gleisi Hoffmann, e das ministras Eleonora Menicucci (SPM) e Luiza Bairos (Seppir). Também estavam presentes a representante da ONU Mulheres Brasil e Cone Sul, Rebecca Tavares, e a da Organização Internacional do Trabalho, Ana Carolina Querino. Elas falaram sobre a discriminação no mercado de trabalho.

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, recebeu o prêmio em nome da Casa. Em entrevista, ela informou que o levantamento do perfil dos profissionais surpreendeu, revelando que o Senado está

mais avançado que outras instituições.

Em um órgão onde os dois cargos mais altos da carreira são ocupados por mulheres — Claudia Lyra está à frente da Secretaria-Geral da Mesa —, Doris disse que a preocupação é expandir as ações.

— O Senado tem o desafio de levar esse tema para as câmaras municipais, para as assembleias legislativas. Nós não temos como manter isso fechado dentro dos nossos limites de organização. Nós temos o poder e a obrigação de levar isso adiante, para todo o Poder Legislativo.

REQUIÃO VOTOU CONTRA MP QUE AMPLIOU EMPRÉSTIMOS DO BNDES
Por meio da assessoria, Roberto Requião (PMDB-PR) informou que votou contra o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 5/2013, que amplia em R\$ 85 bilhões o limite de financiamento do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), operado pelo BNDES. Ele e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) foram os únicos contrários ao texto, que foi aprovado pelo Plenário na quarta-feira.

NOVA MEDIDA PROVISÓRIA TRANCA A PAUTA DO PLENÁRIO
Foi lida ontem em Plenário a Medida Provisória (MP) 602/2012, que passou a trancar a pauta de votações imediatamente. A MP permite a prorrogação, até 30 de junho deste ano, de contratos temporários de pessoal do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O texto foi aprovado na Câmara e vence no dia 3 de junho.

Projeto aprovado na Comissão de Direitos Humanos, que segue para votação final, restringe alimentos não saudáveis no ambiente escolar

Incentivo à alimentação saudável de crianças e jovens passa em comissão

O PODER PÚBLICO pode ser obrigado a promover ações de incentivo à alimentação saudável de crianças e adolescentes. É o que determina projeto de Gim (PTB-DF), aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). A proposta segue para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O objetivo do PLS 294/2012 é reduzir o consumo de alimentos com elevados teores de gordura saturada, gordura trans, sódio e açúcar, assim como de bebidas de baixo valor nutricional. Para isso, a proposta altera o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Entre as medidas a serem adotadas, o senador sugeriu o controle da publicidade dos alimentos não saudáveis, especialmente daquela voltada para o público de crianças e jovens; a adoção de normas de rotulagem de alimentos que garantam as informações



Relatora da proposta, Ângela Portela advertiu que 80% das crianças brasileiras ingerem mais açúcar que o recomendado

indispensáveis para orientar escolhas mais saudáveis; e a restrição da oferta de alimentos não saudáveis no ambiente escolar.

O combate ao problema da obesidade e às doenças dela decorrentes, argumentou Gim ao apresentar o projeto, exige formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância. Para ele, cabe ao poder público incentivar a formação desses

hábitos, pois a Constituição prevê que a garantia do direito à vida e à saúde de crianças e adolescentes é missão do Estado.

Acima do peso

A relatora da proposta na CDH, Ângela Portela (PT-RR) informou que, segundo pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

uma em cada três crianças brasileiras com idades entre 5 e 9 anos estava, em 2009, acima do peso recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A senadora acrescentou que a maioria das crianças brasileiras (80%) ingere açúcar em quantidade maior do que a recomendada por nutricionistas e grande parte delas (89%) consome gordura acima dos padrões considerados saudáveis.

— De fato, as estatísticas confirmam que a obesidade tornou-se uma epidemia, devido principalmente às mudanças nos hábitos alimentares das crianças e da população em geral. E, mesmo sendo a genética um fator importante na obesidade das crianças, os especialistas lembram que não existe obesidade se não há desequilíbrio na alimentação — disse Ângela, que também se colocou à disposição para relatar a proposta na CAS.

Banco Central terá que apresentar dados sobre a dívida rural do país

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem pedido de informações dirigido ao presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, sobre a execução da dívida rural no país. Com base na legislação que atribui ao Senado fiscalizar e controlar os atos do Executivo, o presidente da CRA, Benedito de Lira (PP-AL), autor do requerimento, solicitou dados sobre valores acumulados até 2012.

O senador disse que o esforço do Congresso para discutir esbarra em dificuldades para acompanhamento. Explicou que isso ocorre devido às 11 normas existentes, todas derivadas de medidas provisórias.

— Os produtores reclamam das execuções das dívidas e da regulamentação ineficiente, já que os bancos alegam que não têm regras para renegociação.

O BC deve ainda informar o total das operações de crédito já lançadas em prejuízo nos balanços das instituições que integram o Sistema Nacional de Crédito Rural, de 1995 a 2012.

Estava prevista a votação de um projeto de Lídice da Mata (PSB-BA) sobre renegociação das dívidas oriundas de

operações de crédito rural com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Mas a decisão foi adiada por pedido de vista coletiva encaminhado por Waldemir Moka (PMDB-MS). A proposta (PLS 622/2011) sugere a ampliação do saldo devedor das operações que

podem ser anistiadas, para o teto de R\$ 30 mil, quando o limite anterior era de R\$ 10 mil.

Moka afirmou que apoia a proposta, mas ponderou que os resultados são incertos. Como alternativa, sugeriu tempo para a busca de solução no governo, de onde poderia vir um projeto.



Benedito de Lira explica o requerimento ao lado do vice-presidente da comissão, Acir Gurgacz

Márcia Kallume/Agência Senado

Audiência vai debater dificuldades no escoamento da safra agrícola

Os obstáculos ao escoamento da safra agrícola para o exterior motivaram convite ao presidente da Empresa de Planejamento e Logística, Bernardo Figueiredo, para debater a questão na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Aprovada ontem, a audiência foi sugerida pelos senadores Acir Gurgacz (PDT-RO) e Clésio Andrade (PMDB-MG).

Gurgacz observou que o problema não é novo, mas ganhou maior projeção nesse momento em que o país colhe mais uma safra. O congestionamento dos portos mereceu atenção no debate. Waldemir Moka (PMDB-MS) explicou a emenda que fez à MP dos Portos, aprovada na véspera pela comissão mista encarregada do exame prévio. O texto seguiu para a Câmara.

Foi vista como derrota para o governo a aprovação de três pontos destacados, entre os quais a emenda de Moka. Por ela, as concessões de arrendamento de terminais portuários firmados antes da Lei de Modernização dos Portos (Lei 8.630/1993) poderão ser prorrogadas pelo mesmo prazo inicial. Isso pode significar uma sobrevida de até mais 25 anos aos contratos com os

atuais arrendatários. O relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), limitava as prorrogações a prazo de até cinco anos.

Moka ressaltou que o governo poderá exercer a prerrogativa de interromper os contratos, a qualquer tempo.

Pela iniciativa de apresentar a emenda, Moka foi congratulado por Jayme Campos (DEM-MT), Acir Gurgacz e Ana Amélia (PR-RS).

Benedito destaca atuação da Embrapa em 40 anos

Benedito de Lira (PP-AL) saudou os 40 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Para ele, a empresa conquistou respeito internacional nesse período e hoje é referência mundial como solução para a agricultura tropical.

— As tecnologias desenvolvidas pela Embrapa ajudam sem distinção os agricultores familiares, os pequenos, médios e grandes produtores rurais. Todos os que acompanham a realidade do setor agropecuario sabem que o Brasil obteve a liderança atual graças à atuação da empresa — afirmou.

Ele informou que o projeto da Embrapa para os próximos 20 anos prevê ações de reforço à pesquisa, com ênfase em inovação, sustentabilidade e capacidade de antecipação.

Segundo Benedito, desde a criação da empresa, a safra de grãos mais que duplicou, assim como a oferta de carne bovina, suína e de frango, a produção de leite e hortaliças, a pecuária caprina e ovinha, a fruticultura, a produção de fibras, flores e essências.

Paim homenageia entidades sindicais por aniversário

O aniversário de duas entidades de classe ocorrido nesta semana foi registrado por Paulo Paim (PT-RS).



Marcos Oliveira/Agência Senado

O senador parabenizou a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag), pelos 50 anos, e a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo (Fequimfar), que atua há 55 anos.

Sobre a Contag, Paim disse ter sido a primeira entidade sindical do campo, de caráter nacional, reconhecida legalmente e uma referência na luta pela reforma agrária. Já em homenagem à Fequimfar, Paim lembrou conquistas da entidade, como conseguir que o benzeno fosse banido do processo de fabricação do álcool combustível.

Ele ainda citou a participação no programa *Agenda Econômica* da TV Senado sobre os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que vai ao ar no domingo, às 11h30 e às 22h30.

Relator da MP 599/2012, Walter Pinheiro disse ser necessário harmonizar o texto que cria compensações por perdas com mudanças no ICMS ao projeto de unificação gradual do imposto, ainda não aprovado

Análise da compensação por ICMS será na terça

WALTER PINHEIRO (PT-BA) adiou para terça-feira a apresentação do relatório sobre a medida provisória que compensa os estados pela redução das alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O presidente da comissão mista da MP 599/2012, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), abriu a reunião e informou que Pinheiro havia solicitado a ampliação do prazo.

O relator explicou que é necessário esperar a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) concluir a votação do projeto de resolução que unifica gradualmente as alíquotas do ICMS interestadual com o intuito de eliminar a guerra fiscal (PRS 1/2013).

Segundo Pinheiro, é preciso harmonizar os textos, já que o projeto de resolução condiciona a unificação gradual das alíquotas à aprovação de duas leis complementares. Uma trataria da própria compensação financeira aos estados (assunto da MP 599/2012) e outra viabilizaria a convalidação



Pinheiro (D) debate com Eduardo Cunha a necessidade de adiar o exame da MP

dos incentivos fiscais considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (PLP 238/2013, na Câmara dos Deputados).

Como a MP aprovada pelo Congresso Nacional se transforma em lei ordinária, e não complementar, restou para o relator a dúvida quanto à remissão no texto do projeto de resolução.

A MP 599/2012 condiciona a prestação de auxílio financeiro da União, limitada ao valor anual de R\$ 8 bilhões pelo

período de 20 anos, à aprovação de projeto de resolução.

Fundo

Além de disciplinar a compensação pela perda de receitas, a MP cria o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que visa combater as desvantagens de alguns estados na atração de investimentos privados. O fundo, conforme a MP, deverá assegurar a aplicação de R\$ 296 bilhões da União nesses estados até 2033.

Aprovada criação de cadastro informatizado de obras federais

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 439/2009, que determina a criação de um cadastro informatizado para obras públicas federais, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na manhã de ontem. O relator, Pedro Taques (PDT-MT), foi favorável à proposta, que segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cuja decisão pode ser terminativa, ou seja, sem necessidade de votação pelo Plenário.

De autoria do ex-senador Jefferson Praia, o projeto tem por objetivo aprimorar os instrumentos de gestão dos empreendimentos públicos, garantir transparência e ajudar no controle dos gastos de recursos.

De acordo com o texto, todas as obras feitas com dinheiro da União devem ser inseridas em um cadastro, com código identificador baseado nas coordenadas geográficas da intervenção. O cadastro deve trazer, entre outras informações, a descrição do serviço, o valor estimado, a data de início e de término dos trabalhos e a identificação de anotações de responsabilidade técnica.

Taques ressaltou que a informação constitui um dos instrumentos mais poderosos no combate à corrupção, “uma vez que o conhecimento da sociedade dos dados administrados pelo Estado reduz os riscos de abuso de poder e da prática do clientelismo político”.

Promoção de taifeiros é rejeitada

A CCJ avaliou também o PLS 204/2010, de Paulo Paim (PT-RS), que foi rejeitado. O texto autorizaria a promoção de cabos estabilizados, de taifeiros-mor e de sargentos do Quadro Especial do Exército a patentes superiores. O relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), apontou flagrante vício de iniciativa, já que tal tipo de promoção nas Forças Armadas poderia partir somente do presidente da República.

— Apesar da boa intenção, a matéria é inconstitucional — afirmou.

Tais militares são motoristas, armeiros, cozinheiros, mecânicos, soldados e combatentes de áreas administrativas sem qualquer chance de progredir na carreira, diferentemente do que ocorre com sargentos egressos de escola de formação.

— A proposta é justa, com ideias corretas, mas é prerrogativa do presidente da República. Sugiro que as razões sejam encaminhadas ao Executivo — opinou Roberto Requião (PMDB-PR).



Taques, relator na CCJ, acredita que informação ajuda no combate à corrupção

Anibal reclama de reduções nos repasses do FPE

Anibal Diniz (PT-AC) manifestou ontem em Plenário a preocupação dos estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com a redução constante nos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Segundo o parlamentar, a equipe econômica do governo federal precisa esclarecer quais são os valores previstos mês a mês e garantir que serão repassados.

O senador alertou para o fato de que, nesses estados, o fundo é a principal fonte de recursos. Cerca de 60% da receita do Acre depende do FPE. No ano passado,



Moreira Moritz/Agência Senado

as perdas foram de aproximadamente R\$ 280 milhões. A previsão era receber R\$ 2,4 bilhões em 2012.

— O planejamento do estado fica muito comprometido quando essa previsão não é concretizada — disse.

Este ano, continuou o senador, a redução elevada se repete e o Acre faz um plano de contingência para cumprir compromissos com a folha de pagamento.

Anibal pediu um posicionamento “mais definido” por parte do governo para dar tranquilidade aos governadores.

Flexa: “Pará não pode ser patinho feio da Federação”

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu aos senadores que aprove emenda de autoria dele ao substitutivo do Projeto de Resolução do Senado 1/2013, que unifica as alíquotas de ICMS nas relações interestaduais. O substitutivo foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos nesta semana e as emendas que foram destacadas serão votadas na terça-feira.

A emenda de autoria do senador propõe ampliar a manutenção da alíquota de ICMS em 12% também para as relações comerciais entre os estados da Região Norte. O ICMS seria de 4%, como



Moreira Moritz/Agência Senado

prevê o projeto, nas relações entre o Norte e os demais estados da Federação.

Flexa Ribeiro explicou que, ao manter a alíquota de 12% apenas para a Zona Fran-

ca de Manaus e áreas de livre comércio, o governo deixa o Pará de fora, já que o estado não se enquadra em nenhum dos dois casos. Assim, a medida estaria intensificando a desigualdade existente entre o Pará e o restante do país.

— Não há mais como o estado do Pará ser tratado como o patinho feio da região amazônica, como o patinho feio da Federação — protestou.

Suplicy comenta estudo sobre a Zona Franca

Em discurso ontem, Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou a leitura de texto elaborado pela Consultoria Legislativa do Senado sobre a Zona Franca de Manaus. O trabalho do consultor Ricardo Nunes de Miranda está entre as publicações do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado e tem como título *Zona Franca de Manaus: desafios e vulnerabilidades*.

Na opinião do senador, trata-se de “estudo de excepcional qualidade e seriedade”. Suplicy lembrou que a reforma do ICMS está em tramitação no Senado, sendo um dos pontos delicados da proposta



Moreira Moritz/Agência Senado

a manutenção de alíquota especial para a Zona Franca.

— No auge dessa disputa, a Consultoria Legislativa do Senado divulgou um estudo que informa que 32,5% dos benefícios tributários concedidos à Zona Franca de Manaus não são custeados pelo governo federal, mas pelos próprios estados e municípios — disse.

Suplicy destacou a importância da redução do ICMS devido pelas empresas sediadas na Zona Franca e da isenção do IPTU e das taxas de serviços de limpeza e conservação pública por dez anos, concedida pelo município de Manaus.

Comissão de Direitos Humanos aprovou requerimentos para análise de fatos ocorridos a partir de 1964, durante o governo militar

Audiências debatem violação de direitos humanos na ditadura

A SUBCOMISSÃO PERMANENTE da Memória, Verdade e Justiça fará duas audiências públicas para discutir violação dos direitos humanos entre 1964 e 1988. Os requerimentos foram aprovados ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Uma das audiências foi proposta por João Capiberibe (PSB-AP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) para examinar violações ocorridas entre 1964 e 1988. Os senadores sugeriram que sejam convidados a historiadora Anita Leocádia Prestes, filha do líder comunista Luís Carlos Prestes e de Olga Benário; o jurista e escritor



Presidente da comissão, Ana Rita (D) coordena votação dos requerimentos

Dalmo de Abreu Dallari; e o sociólogo Antonio Cândido de Mello e Souza.

Randolfe e Capiberibe destacaram, na justificação do requerimento, ser importante ouvir esses três convidados por serem os “maiores militantes

pela reconstrução da democracia no país durante o período militar”. Também serão convidados para o debate, a pedido de Capiberibe, o jornalista Mário Magalhães e o escritor e jornalista Fernando Moraes.

A outra audiência, requerida

pelo senador Randolfe Rodrigues, vai discutir com integrantes da Comissão Nacional da Verdade a participação de empresários no regime de 1964 a 1985. O nome dos convidados e a data da audiência serão definidos pela CDH.

Parentes de vítimas vão discutir redução de maioria

A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), comunicou na reunião de ontem que o colegiado vai discutir maioria penal com especialistas, parentes de vítimas e entidades da sociedade civil, do governo e do Poder Judiciário.

Ana Rita disse ser importante a contribuição do Parlamento para a formação de conceitos sociais. Ela acredita que isso evitará que a sociedade, diante de crimes hediondos, veja o afastamento dos

delinquentes como única solução.

Paulo Paim (PT-RS) ressaltou que, após crimes chocantes, pesquisas apontam alto índice de apoio a medidas mais rígidas para os adolescentes infratores. No entanto, observou, os senadores devem ter posição “firme e clara” para decidir e rejeitar propostas que levam menores de idade à prisão.

— Há versões de propostas que punem não só adolescentes com 14 ou 12 anos,

mas também crianças com 3 ou 4 anos. Pesquisas não me intimidam. Meu ponto de vista é muito claro. Vamos debater, mas é um absurdo o que estão propondo — disse Paim.

Também na avaliação de Ângela Portela, o encaminhamento de crianças e adolescentes ao sistema prisional não vai reduzir a violência no país. Ela elogiou pronunciamento em Plenário da presidente da CDH sobre o assunto, na quarta-feira.

Integrante da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, Lídice da Mata (PSB-BA) informou que uma reunião em Brasília, nesta semana, discutiu o tema com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Um documento com propostas para discussão será apresentado ao Congresso, disse a senadora. Para ela, a redução da maioria penal é uma das prioridades de debate parlamentar neste ano.

Taques defende que Ministério Público possa fazer investigações

A proposta que define a investigação criminal como competência exclusiva da Polícia Federal e da polícia civil recebeu críticas de Pedro Taques (PDT-MT). Para o senador, a PEC 37/2011 servirá como instrumento para “perpetuar a corrupção no Brasil”.

A proposta, que já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) da Câmara dos Deputados e por uma comissão especial, retira dos Ministérios Públicos federal e estaduais o poder de investigar. Taques participou na quarta, em Brasília, de uma

mobilização do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPJ) e associações de membros do Ministério Público de todo o país contra a PEC.

— Todos temos que cerrar fileiras contra essa proposta que vai fazer com que a impunidade possa continuar a grassar no Brasil — afirmou.

Taques também chamou de “excrescência jurídica” a PEC 33/2011, que submete algumas decisões do STF ao Congresso, como a aprovação de súmulas vinculantes e a inconstitucionalidade de emendas à Constituição.

Seminário avalia regulação de convênios entre governo e ONGs

Na segunda-feira, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) promove seminário sobre o projeto que estabelece novo marco regulatório no relacionamento entre o governo e as entidades do terceiro setor, como organizações não governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips). O seminário ocorre no auditório do Interlegis, às 9h, com transmissão on-line pela página www.interlegis.leg.br.

O PLS 649/2011, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP),

obriga as entidades interessadas em parceria com o poder público a observar princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Entre outras exigências, o projeto submete as entidades parceiras, nos convênios de maior porte, a regulamentos de compras e de contratação de obras e serviços, como a Lei 8.666/1993. Depois da CMA, o projeto será discutido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, terminativamente, pela de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

ÁFRICA VISTA PELOS JOVENS SERÁ TEMA DA COMISSÃO

Por solicitação de grupo de estudantes africanos da Universidade de Brasília (UnB) e de requerimento de Paulo Paim, a CDH vai realizar audiência sobre “O renascimento africano, olhar da juventude africana”. O senador explicou que os estudantes querem apresentar a África com olhar diferenciado, como um continente de futuro promissor. Os convidados e a data do evento serão definidos pela comissão.

MULHER INDÍGENA E DECLÍNIO DA MORTALIDADE MATERNA

Audiência requerida por Ângela Portela (PT-RR) vai discutir, na Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, a situação da mulher indígena no Brasil. Também por iniciativa da senadora, será realizada audiência em comemoração ao Dia Nacional pela Redução da Mortalidade Materna (celebrado em 28 de maio) com a coordenadora de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Maria Esther Vilela.

REINserção SOCIAL APÓS SAIR DO TRABALHO ESCRAVO

Em 6 de maio, em audiência requerida por Paulo Davim (PV-RN), será lançado na Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico de Pessoas o projeto Movimento Ação Integrada — por uma ação ativa na reinserção social dos egressos e vulneráveis ao trabalho escravo contemporâneo, iniciativa do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e da OIT.

ADOÇÃO DE CRIANÇAS SERÁ TEMA DE DISCUSSÃO

Em outra audiência no âmbito da CDH, os senadores discutirão os entraves legais para a adoção de crianças. Para o debate, sugerido por Ana Rita (PT-ES), serão convidados a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário; o representante do Unicef no Brasil, Mário Volpi; o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ); e representantes da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção (Angaad) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

ASSÉDIO MORAL CONTRA SERVIDORES FEDERAIS

Por iniciativa de Paulo Paim, a CDH vai discutir o assédio moral e a discriminação sofridos pelos servidores federais no Brasil e no exterior. O senador sugeriu que sejam convidados o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e representantes da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), do Departamento de Polícia Federal e da Associação Internacional dos Funcionários Servidores Locais do MRE no Mundo (Aflex).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Jucá (2º à dir.) justifica à Comissão de Consolidação das Leis o adiamento da regulamentação da PEC das Domésticas

Jucá vai esperar governo para regular domésticos

Senador atendeu pedido da Casa Civil e pretende aguardar sugestões do governo para a definir como operacionalizar o recolhimento de contribuições, bem como as análises de impactos financeiros

O RELATOR DA Comissão Mista de Consolidação das Leis, Romero Jucá (PMDB-RR), confirmou ontem que vai esperar o posicionamento do governo para só então apresentar as propostas de regulamentação da emenda constitucional do trabalho doméstico. Segundo o senador, o pedido foi feito pela ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

— Como o governo vai ter que operacionalizar, como o governo vai ter que custear e como o governo vai ter que sancionar o projeto que vai ser apresentado aqui, entendi que seria mais construtivo a gente retardar um pouco a apresentação da proposta e aguardar essa discussão e a contribuição

do governo — justificou o senador, que, inicialmente, tinha expectativa de conseguir votar as proposições ontem ou, no máximo, até 1º de maio (Dia do Trabalho).

Disputa

Ainda não há previsão de uma nova data para discussão das propostas na comissão. Jucá desmentiu notícias que sugerem a existência de uma disputa entre governo e Congresso. Segundo Jucá, a ministra Gleisi garantiu que o governo não tem a intenção de encaminhar sozinho uma proposta e que o tema será discutido com a comissão mista e o Congresso.

Jucá apontou como

principais pendências a parte operacional e as contas que o governo está fazendo. A intenção é definir o impacto de desonerações na Previdência e no seguro-desemprego. Além disso, a questão da multa paga pelo empregador no caso de demissão, hoje de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sem justa causa ainda provoca polêmica.

Jucá afirmou que não há como fixar um prazo para a definição das propostas.

— Eu espero que o governo, que já está fechando suas posições, tenha condição, rapidamente, de sentar e de nós fazermos a convergência das propostas.

Redução da multa de 40% do FGTS é tema polêmico

A proposta de Jucá é de reduzir a multa do FGTS em caso de demissão dos atuais 40%, assegurados aos trabalhadores em geral, para 10%. Além disso, a multa no caso de culpa recíproca, rompimento da relação motivado pelas duas partes, cairia de 20% para 5%.

Jucá justifica a redução pelo fato de que as famílias não têm as mesmas condições das empresas e que os encargos podem gerar desemprego. No entanto, para a deputada Benedita da Silva (PT-RJ),

que já foi doméstica, não há risco de as mudanças trazerem desemprego. O que acontecerá, na opinião da deputada, serão ajustes nas relações.

— Não podemos esquecer que os 7 milhões de trabalhadores que hoje vão ter oficialmente sua carteira assinada e seus direitos também fazem parte de um núcleo familiar e terão obrigações com essa família — argumentou.

A deputada elogiou a decisão do relator de adiar a apresentação do texto.

Deputado sugere descontar encargos do Imposto de Renda

Durante a reunião, o deputado Otavio Leite (PSDB-RJ) ressaltou a importância de desonerar as famílias e sugeriu que os encargos pudessem ser abatidos do Imposto de Renda.

Tanto Jucá quanto o presidente da comissão, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), demonstraram preocupação com a saúde financeira dos estados e dos municípios, já que o Imposto de Renda é uma das bases dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE e FPM).

Debatedores pedem fiscalização melhor na prevenção de incêndios

Em audiência pública promovida ontem pela Comissão Temporária de Levantamento da Legislação Pertinente à Prevenção e Combate de Incêndios no Brasil, vários palestrantes alertaram para a necessidade de ampliar a fiscalização visando a uma prevenção eficaz de incêndios em estabelecimentos públicos e privados que recebem aglomeração de pessoas.

Na opinião do diretor da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (CUT-RS) Carlos Alberto Pauletto, uma das formas de evitar tragédias como a da boate Kiss seria o aumento da fiscalização nestes locais pelas prefeituras.

Armando Henrique, presidente da Federação Nacional dos Técnicos em Segurança do Trabalho (Fenatest), não apenas reconheceu a falta de um sistema eficaz de fiscalização contra incêndios no país, como também considerou fundamental a atribuição à sociedade de parte do compromisso de vistoriar estabelecimentos coletivos.

O diretor da Confederação Nacional das Profissões Liberais Ricardo Nerbas considerou fundamental que o Congresso modernize a legislação sobre segurança contra incêndios, tornando-a mais transparente e simples.

Já o promotor de Justiça do Rio Grande do Sul Miguel Velasquez entregou documento ao relator da comissão, Paulo Paim (PT-RS), contendo várias recomendações do Ministério Público para evitar tragédias como a da boate Kiss. Entre as sugestões, estão o aumento da fiscalização das prefeituras e dos corpos de bombeiros, a exigência de qualificação técnica dos responsáveis pela elaboração dos laudos de avaliação e a adoção de planos de combate a incêndios para prédios públicos, sobretudo os escolares.

Após a exposição dos convidados, Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou a falta de indiciamento, pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul,

do prefeito de Santa Maria (RS), do secretário e de técnicos da pasta responsável pela concessão de alvarás de funcionamento da boate Kiss. Em resposta ao senador, Velasquez informou que a investigação sobre eventual culpa do prefeito está a cargo de instância superior.

Durante a audiência a presidente do colegiado, Ana Amélia (PP-RS) elogiou o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo pela ampla campanha de prevenção de incêndios desenvolvida nas escolas públicas paulistas.

Convidados destacam papel das prefeituras para evitar tragédias como a da Kiss



Especialistas propõem legislação mais clara e atenção a prédios públicos

Ana Amélia elogia sanção da lei da cirurgia única de mama

Ana Amélia (PP-RS) agradeceu ontem à presidente Dilma Rousseff por ter sancionado sem vetos a Lei 12.802/2013, que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a fazer cirurgia plástica reparadora em mulheres que retiraram a mama para combater câncer. A senadora relatou o projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

— É sempre positivo quando iniciativas legislativas são

acolhidas pelo Poder Executivo, sem, digamos, atropelar a nossa atividade parlamentar, em matérias que são relevantes para dar a demonstração clara à sociedade brasileira de que estamos, sim, comprometidos com a qualidade de vida do cidadão — avaliou.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM), a cirurgia única é indicada na maioria dos casos e

tem contraindicações apenas para pacientes com diabetes e problemas cardíacos.

Ana Amélia também lembrou que, em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais, o ministro da Saúde prometeu acelerar os processos e a integração das instituições públicas para aumentar o acesso às políticas de combate ao câncer, especialmente no interior do país.

A senadora comentou dados da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama) que apontam que, de cada cem mulheres diagnosticadas com câncer de mama e obrigadas a retirar o seio, apenas dez retornam às clínicas ou hospitais para fazer o novo procedimento cirúrgico de reconstrução da mama.

Ela informou que, segundo o Ministério da Saúde, entre 2008 e 2012, menos de 10% das 68 mil mulheres que retiraram a mama fizeram a cirurgia de reconstrução do seio.

— Muitas desistem de fazer a cirurgia após esperar mais de dois anos, especialmente pelo SUS. Outras ficam traumatizadas, com danos psicológicos graves e autoestima afetada — afirmou a senadora.



Jarbas Vasconcelos (C) preside reunião da CRE que aprovou as indicações de Julio Bitelli (E) e de Douglas de Vasconcellos

Vão a Plenário duas novas indicações de embaixadores

Diplomatas foram sabatinados ontem na CRE. Indicados para a Tunísia e São Cristóvão e Névis ressaltaram oportunidades de negócios e de intercâmbio de experiências políticas e programas sociais

AS INDICAÇÕES DE Julio Glinternick Bitelli e Douglas Wanderley de Vasconcellos para os cargos de embaixador na Tunísia e na Federação de São Cristóvão e Névis, respectivamente, foram aprovadas ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE). Para que as nomeações sejam confirmadas, falta agora a aprovação do Plenário.

Na sabatina com os senadores, Julio Bitelli lembrou que a chamada Primavera Árabe (ou “Despertar Islâmico”, como

preferem alguns especialistas”) teve início na Tunísia, em dezembro de 2010, após um jovem atear fogo ao próprio corpo. O movimento, que contestou diversos regimes ditatoriais na região, provocou a queda de governantes em países como o Egito, a Líbia e a própria Tunísia.

O diplomata assinalou que a Tunísia se diferencia dos outros países da região por possuir uma cultura de tolerância, que se reflete na coligação que governa o país — formada por um partido de tendência

islâmica e outros dois laicos.

— A Tunísia tem uma tradição de diálogo e de busca de consenso — frisou o embaixador, acrescentando que o país apresenta relações muito próximas com a Europa, pela tradição de sindicalismo e de partidos de esquerda.

Bitelli disse ainda que há uma “enorme demanda” da Tunísia para conhecer o processo brasileiro de transição democrática e os programas sociais que vêm sendo implementados. E, ao apontar as possibilidades de negócios, informou que a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) já está discutindo a venda de aviões para aquele país.

Indicado vê oportunidade de exportar alimentos para o Caribe

O outro sabatinado do dia, Douglas Wanderley de Vasconcellos, foi indicado para embaixador na Federação de São Cristóvão e Névis (formada por duas ilhas no Caribe). A área é de cerca de 260 quilômetros quadrados e a população estimada é de pouco mais de 50 mil habitantes. Vasconcellos ressaltou que o Caribe “é uma região sem soberania alimentar”, o que abriria oportunidades para exportações brasileiras.

São Cristóvão e Névis



Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook

Tunísia

» Área: 163.610 km²
 » População: 10.704.948
 » PIB per capita: US\$ 9.700
 » Capital: Túnis



Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook

Bancos alertam para empréstimo menor em 2014

Sem a Medida Provisória 608/2013, a partir de 2014 os bancos poderiam deixar de emprestar ao público cerca de R\$ 540 bilhões — aproximadamente 20% do total emprestado hoje — para se manterem dentro das regras de segurança fixadas pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS). A análise foi feita ontem pelo diretor-executivo da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal Filho, em reunião da comissão mista especial que analisa a MP. Segundo Portugal, quanto menos dinheiro disponível, maiores são os juros para os consumidores.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), relator da MP 608/2013, disse que vai deixar claro no relatório que a medida provisória não poderá ter efeito retroativo para beneficiar operações anteriores.

As regras de segurança bancária mundiais vêm sendo aperfeiçoadas pelo BIS — organismo internacional com sede na Suíça — desde 2008, quando houve a crise bancária nos Estados Unidos e na Europa. No Brasil, o diagnóstico é de que as regras já eram mais rígidas. Em relação ao pagamento de impostos, a lei permite aos bancos brasileiros apurar o lucro fiscal de maneira bastante diferente da

apuração do lucro contábil. O lucro fiscal é maior porque a reserva necessária para pagamento de prejuízos é menor.

A MP transforma o crédito tributário em crédito bom, de acordo com o tamanho das instituições. Os bancos poderão utilizar o crédito tanto quando tiverem lucros quanto nos momentos de prejuízo ou falência.

Francisco Dornelles (PP-RJ) afirma que a melhor solução seria igualar o lucro contábil ao lucro fiscal, evitando pagamentos de impostos sobre valores superestimados. Pablo Fonseca, secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, disse que o governo estudou a mudança, mas descartou devido à perda de arrecadação que isso poderia gerar para a Receita Federal. Advogado do Fundo Garantidor de Créditos, Otto Steiner Junior disse que o sistema tributário tem uma distorção grave.

— O Brasil é o único país do mundo que exige que massa falida declare Imposto de Renda e pague imposto sobre lucro. Isso é a nossa legislação atual. Vale para bancos em liquidação e para todas as empresas sob regime falimentar. Não é só instituição financeira, qualquer empresa — disse Steiner.

(Com Agência Câmara)



Cássio Cunha Lima (C), relator, descarta efeito retroativo na medida provisória

Luiz Henrique saúda apresentação da Escola do Teatro Bolshoi

A apresentação em Brasília da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, com o balé *Dom Quixote*, em comemoração aos dez anos do Ministério do Turismo, foi saudada ontem por Luiz Henrique (PMDB-SC).

— Se tivermos, como a escola, uma instituição que sistematize o ensino de primeiro nível, vai haver uma erupção fantástica de talentos no país — afirmou.

Sediada em Joinville (SC), a escola recebe crianças pobres das periferias. Luiz Henrique disse que o balé *Dom Quixote* tem a mesma universalidade do livro de Miguel de Cervantes (1547-1616), pois contempla as contradições da vida humana com tragédia e comédia.

Eduardo Suplicy (PT-SP), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) cumprimentaram Luiz Henrique pelo empenho na fundação da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil quando era prefeito de Joinville.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Romero Jucá pede providências contra apagões em Roraima

Romero Jucá (PMDB-RR) cobrou do governo ações emergenciais capazes de assegurar o fornecimento de eletricidade em Roraima, incluindo a duplicação da capacidade da Usina Termelétrica Floresta, em Boa Vista, para evitar novos apagões no estado. Ele informou que Roraima recebe energia da Usina Hidrelétrica de Guri, na Venezuela, que tem apresentado problemas.

— Essa capacidade de geração não atende à totalidade de Boa Vista e do interior. Vamos ter que, numa contratação emergencial, ampliar a capacidade de geração de energia térmica em Roraima — disse.

Jucá alertou para o agravamento da situação na Venezuela, com ocupação dos parques de geração de energia pelo Exército.

A linha de transmissão que ligará Tucuruí (PA) a Boa Vista — outra alternativa para fornecimento de energia a Roraima — está com o cronograma atrasado. Jucá espera que possam ser efetivados os planos de construção de hidrelétricas em Roraima.

Pinheiro defende estímulos para a geração de energia eólica

Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu a manutenção da política de incentivo à produção de energia eólica, ressaltando a natureza de matriz energética limpa. O senador disse que a energia eólica não pode mais ser vista como algo que não tenha viabilidade.

Segundo Pinheiro, mais de 20% da energia gerada em vários países é de fonte eólica, como Portugal, Espanha e Dinamarca. Ele disse que, no Brasil, a energia eólica representa 2% da matriz energética. O objetivo, segundo o senador, é chegar a 15%.

O senador informou que o setor de energia eólica deve investir na Bahia, nos próximos quatro anos, cerca de R\$ 25 bilhões. Os investimentos, informou, não serão feitos somente nos parques de geração de energia, mas também pelas empresas produtoras de aerogeradores, pás, torres e componentes e estruturas utilizados nas torres.